

APÓS QUATRO ANOS PRESO NO BRASIL, BATTISTI AINDA AGUARDA DECISÃO DO STF

Por Guilherme Zocchio
e Luara Skrzek*

O impasse envolvendo Cesare Battisti está próximo de acabar. Após a decisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela não extradição do italiano em seu último dia de mandato e com o quadro de 11 ministros no Supremo Tribunal Federal agora completo, a próxima seção do STF deverá oficializar o fim de uma história que já se estende, só no Brasil, há pelo menos 4 anos. Na Itália, Battisti é perseguido pelo Estado desde os anos 1970, quando ingressou na luta armada da extrema-esquerda, nos chamados “Anos de Chumbo”. Ao que indicam intelectuais, políticos e ativistas engajados em defesa do escritor, tudo ruma para que o asilo seja logo referendado pelo Supremo, embora a decisão presidencial já tenha sido por si só soberana.

Durante o período em que esteve preso no Brasil, ele foi colocado tanto sob o rótulo de terrorista quanto como mero criminoso comum, em dois modos de alinhamento ímpar à inquisição empreendida pelo governo italiano contra o ex-militante. A mídia em geral teve o objetivo de fazer com que todos se voltassem contra Battisti, ignorando as evidentes fraudes envolvidas em seu julgamento e o próprio passado que a Itália tenta hoje esconder. “Dentre tantos que só tinham um passado, o Cesare, como escritor, passou a ter um presente e era também uma testemunha de todos os abusos, porque a Itália tem um empenho obsessivo em negar que incidiu em práticas ditatoriais, embora fosse uma democracia”, explica o jornalista e escritor Celso Lungaretti.

Compreendido por “Anos de Chumbo”, os anos 1970 ficaram assim conhecidos pela política de terror imposta pelo Estado italiano e, como consequência, a reação de setores da esquerda armada. Segundo Lungaretti, “a Itália tinha eleições, tinha liberdade de imprensa, tinha um monte de coisa. Agora, a repressão e a justiça foram em moldes ditatoriais. É o que eu sempre chamei de macartismo à italiana. Era um macartismo aqui”. Battisti combateu o Estado com o grupo Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). O contexto político da época e os desdobramentos da vida do ex-militante estão explicados na reportagem “A fuga chegou ao fim?”, da edição de nº 59 do **Contraponto**, referente ao mesmo caso.

Nesse período, porém, há de se destacar entre os fatos mais marcantes o Compromisso Histórico firmado entre a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano (PCI), pois foi o marco principal para o início da luta armada. Para Lungaretti, por causa disso, uma parte considerável dos perseguidores a Battisti é desse setor da esquerda representada pelo PCI: “Quando o PCI fez esse acordo, se vulnerabilizou muito perante a esquerda. E eles [do PCI] passaram a usar esse clima de caça às bruxas para calar a esquerda, para que o Compromis-

Próximo a um remate, caso que colocou em cheque estruturas políticas e judiciárias internacionais pode ter desfecho favorável a asilo



(Da esq.-dir.) Carlos Lungarzo, José Arbex Jr., Dirceu de Mello e Celso Lungaretti fazem ato em defesa de Battisti

so Histórico fosse mais facilmente engolido. E é nesse clima que, até hoje, gente como Giorgio Napolitano quer o linchamento do Cesare Battisti. E gente como o Mino Carta, simpatizante histórico do PCI. Os caras se sentem terrivelmente culpados, sabem que erraram, e, para esconder isso, tem que linchar quem fala isso”, explica.

Acusações injustas – Um dos aspectos que pouco se fala do episódio é que Battisti foi julgado à revelia, ou seja, sem que estivesse presente no tribunal para se defender. Além disso, o julgamento contou com a procuração falsa de advogados que foram coniventes com a delação premiada de antigos colegas do escritor tentando reduzir as próprias penas. Ele foi acusado de ter cometido quatro homicídios durante os “Anos de Chumbo” sem que houvessem quaisquer provas concretas. “Cesare Battisti assegura que nunca um juiz ou uma autoridade policial perguntou a ele ‘você cometeu esses assassinatos?’”. Não há qualquer pessoa sã que tenha visto Cesare Battisti matar as quatro pessoas pelas quais ele foi condenado à prisão perpétua”, afirma o Senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O ativista de Direitos Humanos e ex-professor da Universidade de Campinas (Unicamp), Carlos Lungarzo, reuniu em uma investigação paralela conduzida pela historiadora, arqueóloga e escritora Fred Vargas, as provas que revelam os crimes de fraude, falsidade ideológica, entre outros cometidos pela justiça italiana, na condução do caso Battisti. Mas, alegando que cláusulas previstas no acordo bilateral Brasil-Itália não estavam

contempladas, o STF ignorou esses fatos e revogou o asilo político inicialmente concedido em 2007 pelo então Ministro Tarso Genro, de modo a confrontar uma decisão que compete exclusivamente ao Poder Executivo. Foi a partir daí que se seguiu todo o imbróglio até a palavra final do Presidente Lula, no dia 31 de Dezembro de 2010.

Riscos reais – Segundo Suplicy, de acordo com o 5º item do Tratado de Extradicação Brasil-Itália, o refúgio político é legítimo caso o presidente da República brasileiro avalie que há qualquer possível ameaça de perseguição ao extraditando. “Como o presidente Lula assim considerou, ele tomou a decisão de que Cesare Battisti não deve ser extraditado e não há razão para que essa decisão não seja respeitada”. O argumento presidencial está baseado no parecer nº AGU/AG-17/2010 da Advocacia Geral da União que recomenda a não extradição, justamente por analisar que existem riscos sim à integridade física e à vida de Battisti, se ele for enviado à Itália.

Em entrevista ao **Contraponto**, Lungarzo, que também é membro da organização Anistia Internacional (*Amnesty International*), lembra que as causas mais fortes nesse momento para não extraditar o italiano são os perigos de tortura, assassinato e linchamento. “Os principais problemas que corre Battisti são de ser torturado tanto pela polícia como pelos carcereiros e pelo próprio Ministro de Defesa, Ignazio La Russa – isso é, por ordens dele; as ameaças que ele está sofrendo por um setor da população que não é muito grande, mas, para machucar alguém, não precisa de mui-

ta gente; e também porque nesse momento temos na Itália represálias a amigos e simpatizantes de Battisti”.

Existe hoje na província italiana de Vêneto, uma proibição para que as obras de cerca de 120 intelectuais que assinaram uma lista em apoio ao asilo de Battisti em 2004 sejam utilizadas em escolas. Feita pela deputada Elena Donazzan, membro do partido governista Povo da Liberdade (PDL), o mesmo do premiê italiano Silvio Berlusconi, a proposta ainda pode ser ampliada para impedir também a venda de livros desses autores bem como que qualquer um deles possa ser futuramente empregado no funcionalismo público italiano.

É em meio a esse Estado de frenesi contra Battisti que, além disso, há um histórico de vários abusos aos Direitos Humanos e maus tratos nas prisões italianas. Lugarzo avisa que “desde 2001, vêm morrendo [na Itália] uns 60 a 70 presos por ano, de modo violento”, e que, embora não pareça tanta gente assim, para um país democrático, chega ser um número assustador. “Há muitos criminosos que trabalham dentro das prisões para a polícia. É um clima muito sórdido. Nenhum outro país parece ter essas condições”, completa. Para ele, isso mostra não somente uma perseguição explícita como também, caso fosse extraditado, uma falta de condições por parte do governo italiano para zelar pela integridade de Battisti, mesmo que houvesse uma pré-disposição nesse sentido.

Além do mais, como no Brasil não existe prisão perpétua – sentença à qual o escritor está condenado a cumprir na Itália –, e a pena máxima

se limita a 30 anos, é legítimo que o governo brasileiro se negue à extradição. O ex-Ministro da Justiça italiano, Clemente Mastella, prometeu falsamente que, no caso da extradição de Battisti, isso não ocorreria e a pena seria reduzida, mas esta é uma garantia muito incerta. “O ex-Ministro italiano falou claramente, e o *Corriere della Sera* publicou que isso é conversa para boi dormir, para enganar os brasileiros. Que não, que o Cesare caindo lá, ia ficar para sempre na prisão, não tinha esse negócio de 30 anos. Isso saiu num jornal italiano, que ele estava fazendo uma promessa só para enganar os brasileiros e a imprensa brasileira não publica”, revela Lungaretti.

Prisão ilegal – Com todos esses riscos e perseguição em vista, é que a decisão do STF de confrontar o asilo concedido inicialmente pelo então Ministro Tarso Genro pode ser considerada abusiva, bem como ilegal e uma afronta ao equilíbrio de poderes. “A prisão de Cesare é absolutamente ilegal, primeiro, porque em 2007, quando ele foi capturado, ele não foi preso sob nenhum flagrante, só por estar sem documentos. Mas aí temos um desnível: pessoas que são fúgitivas nunca tiveram documentos e nunca foram detidas, mesmo na época da ditadura”, explica Lugarzo. Além disso, de acordo com a Convenção de Genebra, um suspeito de perseguição política não pode ser deportado ou preso por esse motivo, como aconteceu com Battisti, que está detido no Complexo Penitenciário de Papuda, em Brasília, desde 2007.

Até o refúgio ser revogado pelo STF em 2009, o italiano foi juridicamente mantido por 14 meses como refugiado político. E dentro do próprio Supremo, o Ministro Marco Aurélio de Mello é um dos que reconhece que o Tribunal não deveria ter intervindo na concessão do asilo, já que é uma decisão que cabe exclusivamente à Presidência da República. No mesmo dia em que o ex-Presidente Lula decidiu pela não extradição de Battisti, Mello, havia declarado publicamente que “o ato do presidente da República não é passível de exame pelo Supremo, a não ser por um vício na manifestação da vontade. Mas, no pleno exercício do mandato, o Supremo não tem a capacidade [de intervir]”.

Suplicy também enfatiza uma carta enviada a Lula por juristas como Dalmo de Abreu Dallari, Celso Antonio Bandeira de Mello e outros “dizendo que os fundamentos jurídicos indicam que a decisão correta é a de acatar a decisão do presidente e de não extraditar Cesare Battisti”. E por outro lado, o Tribunal, já abalado com o caso, poderia agora cair em contradição, caso não oficialize a decisão do presidente. Lugarzo lembra que “Lula recebeu, dia 16 de dezembro [de 2009], de parte do Supremo Tribunal Federal uma espécie de autorização para decidir sobre a extradição, que é ridículo, porque a autorização já existe. Você não pode conceder um direito que já existe, está na Constituição. O presidente é que decide em casos de refúgio. De qualquer forma, o próprio Tribunal Federal declarou isso. Então agora o que vão dizer? Que foi uma brincadeira, que não era para levar a sério?”.

Desfecho – Com relação à decisão do STF, acredita-se que prevalecerá a não extradição de Battisti por maioria de votos. Contudo, se isso não ocorrer, nenhum outro país poderá interceder lhe concedendo asilo, uma vez que a extradição exige que ele seja entregue automaticamente ao governo italiano. Suplicy revela que, em conversa com Fred Vargas, amiga pessoal de Battisti, e o novo Ministro do Supremo, Luiz Fux, está “claro que a posição dele [Fux] será favorável àquilo que foi decidido pela maioria dos ministros do STF: de acatar a decisão tomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva”.

Por sua vez, Lungaretti defende que agora a não extradição de Battisti é irreversível e que a única dúvida que resta seria se o italiano poderia continuar em terras brasileiras. “Há uma tendência, me parece mais forte, de que seja concedida a liberdade e ele possa viver em paz no Brasil. E há uma tendência que nos parece minoritária que é a de que ele seja expulso para um país a escolha dele. Mas a extradição, apesar de todo o empenho do [Cezar] Peluso e do Gilmar Mendes, é carta fora do baralho já”. A expulsão ocorreria somente no caso de Battisti não conseguir cidadania brasileira, porque, ao que alegam alguns, ele entrou ilegalmente no país.

Na mesma linha, Lugarzo avalia que é muito difícil que isso aconteça, e Battisti deve continuar no Brasil. Quanto ao julgamento que está próximo, ele não acredita que se repita o ocorrido dos anteriores, e a decisão de Lula seja então oficializada, embora já seja suficiente para encerrar o caso. “Digamos que essa autonomia dos poderes é uma fábula. Esse é um contínuo câmbio de negociação. Mas a maioria dos ministros mais sérios votou a contra a extradição e a favor de que o presidente tenha decisão. E por outro lado, há ministros que não estão mais. É improvável que seja no mesmo estilo”.

Senador Eduardo Suplicy



Anelli Dupré



Reprodução

Cesare Battisti



Cecilia Garcia